

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Amazonia / Fronteiras
Data: 09/05/93 Pg.: 11 119

Presidente abre discussão sobre Amazônia

Hélio Mota

O presidente Itamar Franco deverá ser breve no pronunciamento que fará ao abrir a V Assembléia do Parlamento Amazônico, no plenário da Câmara, amanhã, às 10h. Mas terá emprestado relevante e decisiva contribuição à idéia de unificar parlamentares dos oito países da bacia Amazônica na luta pela preservação daqueles espaços e contra a miséria que sufoca secularmente as rarefeitas populações ribeirinhas que vivem na região.

O presidente vai caminhar por terrenos difíceis, como o término da construção da BR-364, no Acre, que ligará o Brasil ao Pacífico, através do território peruano, e os conflitos entre índios, madeireiros, garimpeiros e mineradoras. A simples discussão dessas idéias dá arrepios nos ambientalistas do Primeiro Mundo que vêm na estrada e no extrativismo instrumentos de devastação. Mas como observa o senador Carlos De Carli (PPR/AM), o que está em jogo "realmente" são interesses econômicos contrariados, como fica claro na inoperância da implementação das decisões da Conferência Rio-92, o que será discutido no Parlamento.

O senador amazonense revela que a floresta Amazônica tem capacidade 350 vezes maior de gerar calorías que todo o petróleo

da Arábia Saudita, com a vantagem de poder fornecer matéria-prima e produzir bloquetes de carvão vegetal, indispensáveis na industrialização de aços finos. E complementa afirmando que a simples entrada no mercado internacional de produtos extraídos da Amazônia mexe nas bolsas de mercadorias, como — lembra — aconteceu com a cassiterita, que teve a cotação retirada da Bolsa de Mercadorias de Londres, com o início das operações mineradoras da Parapanema na região.

Na opinião de De Carli, é "inadmissível", que as populações da bacia Amazônica sejam mantidas em tal estado de pobreza que as afasta do século XX", enquanto convivem com a maior reserva de biodiversidade do mundo. Essa "carência social crônica", como prefere o senador Aluizio Bezerra (PMDB/AC), constitui, como diz, "a primeira urgência ambiental e política" da região da bacia Amazônica, onde vivem 17 milhões de pessoas. Enquanto essas pessoas vivem "abaixo das necessidades elementares", continuam em ação mecanismos da economia internacional "que se capitalizam em cima das matérias-primas e da fantástica riqueza natural amazônica", lamenta o senador acreano que é vice-presidente do Parlamento Amazônico.

Pauta inclui royalties

Para tentar reverter esse quadro de "colonialismo tecnológico", como classifica o senador Carlos De Carli, o Parlamento já sugeriu, em 1991, a criação de um fundo para o desenvolvimento amazônico, lastreado na cobrança da royalties sobre o uso dos produtos biológicos da região, questão que será retomada por ocasião da V Assembléia. O Parlamento alega que a planta amazônica que a multinacional farmacêutica transforma em anti-hipertensivo não se traduz em nenhuma divisa para a economia dos locais de onde é ela extraída.

O aspecto tecnológico também será discutido. Nesse ponto, já foi criada a Universidade PanAmazônica — UniPam, com o objetivo de proporcionar um intercâmbio tecnológico regional, partindo-se do princípio que é importante a circulação de todas

as experiências e pesquisas científicas que digam respeito ao desenvolvimento amazônico. A UniPam tem sede em Manaus, cujo prefeito, Amazonino Mendes, participa da V Assembléia. A universidade, segundo acredita Amazonino, deve contribuir decisivamente para a descoberta e implementação de soluções que livrem as populações amazônicas do estado de pobreza em que se encontram. Isso com tecnologias limpas, não poluentes, de forma a ensejar o desenvolvimento auto-sustentado da região.

O prefeito de Manaus vai mais além, defendendo um maior incremento do comércio na região, não só pela criação do Merconorte, incluindo os oito países da bacia Amazônica e subindo mais ao norte até o Panamá, mas ainda pela implantação, em sua cidade, de um centro financeiro com isenções fiscais, a exemplo do que ocorre em ilhas do Caribe.

Esse desenvolvimento econômico certamente vai despertar reações, concordam os parlamentares. Mas não causam apreensão ao senador Carlos De Carli.

Crise desloca seringueiros

A população de Manaus é a metade da do Amazonas, e isto representa a maioria dos problemas do estado, embora responda por 98 por cento de sua economia. Segundo o IBGE, há 29 favelas na região metropolitana da capital amazonense, que tem 92 por cento de densidade populacional. No total, existem 40 mil domicílios de periferia, ignorando-se o número de favelados em cada um deles. Sabe-se, porém, que a grande maioria dessa gente é constituída de ex-seringueiros que, aos milhares, deslocaram-se da floresta para a periferia de Manaus tangidos pela crise do setor extrativista.

Com isso, a capital amazonense acumula hoje mais de um milhão de habitantes — metade da população total de todo o Estado do Amazonas. Uma situação que se agrava, mais ainda, com a grande cheia do rio Negro, a maior desde a pior, acontecida em 1953.

Com esse quadro, Amazonino Mendes vai aproveitar o seu dis-

JEFFERSON PINHEIRO



Amazonino vai expor situação de Manaus amanhã na V Assembléia

curso de amanhã, na V Assembléia do Parlamento Amazônico, para chamar a atenção sobre a situação que vive, hoje, a cidade que ele administra. E apresentará o plano que tem, a quatro mãos com o deputado Pauderney Avelino (PDC-AM), de viabilizar a volta dos seringueiros a seus locais de origem. Um plano que, levado a efeito, simplesmente acabará com as favelas de Manaus.

Amazonino e Pauderney

apostam na vontade do governo Itamar Franco de reativar o extrativismo da borracha no Amazonas. Recentemente, o Governo baixou portarias contingenciando a importação da borracha estrangeira e fixando novos e melhores preços para o produto nacional. O que salvou da fome os milhares de seringueiros que insistiam nessa atividade. Aqueles, que não fugiram para Manaus.

Alto Comando debate fronteiras em Manaus

Os constantes conflitos que vêm ocorrendo na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela, principalmente nos limites venezuelanos, provocando bruscas reações das Forças Armadas daqueles países, preocupam as Forças Armadas brasileiras. O Exército, que soma maior leque de atividades no setor de segurança da região, com vista a uma efetiva tomada de posição reúne, dia 19, em Manaus, os chefes militares do Alto Comando sob a orientação do ministro Zenildo de Lucena.

O atraso na execução do Projeto Calha Norte, em cerca de 50 por cento de suas obras, é visto como fator complicador pelos militares, visto que uma série de providências na área de segurança depende do projeto. Iniciado no começo do governo Sarney, com a orientação do antigo Conselho de Segurança Nacional, à época sob a orientação do general Rubens Bayma Denys, o Projeto Calha Norte tem continuidade apenas na parte afeta às Forças Armadas.

De acordo com o projeto essas unidades têm como finalidade ga-

rantir a segurança da área e oferecer condições para instalação dos ministérios engajados naquele projeto. Cada pelotão mantém pavilhões de terceiros, com esse objetivo, os quais nunca foram ocupados por desinteresse dos órgãos civis governamentais. Fazenda, Saúde, INSS, Minas e Energia, Polícia Federal e Ibama, entre outros, integram o Projeto Calha Norte para execução de suas respectivas tarefas na região. Essa estrutura, segundo as bases do projeto, motivaria uma ocupação racional das áreas fronteiriças, principalmente pelas populações ribeirinhas.

O ministro da área militar, inclusive nas tribunas das comissões de Defesa e de Segurança Nacional da Câmara, cobram a participação dos ministérios civis, como indispensável à execução do projeto. O Exército já iniciou a execução do projeto militar que visa reforçar a segurança da região Amazônica, principalmente na área do Calha Norte, aumentando o efetivo de pessoal, de armas, e descentralização das jurisdições militares, desdobrando o Comando Militar da Amazônia

(CMA) em novos comandos de área. Os comandos do Oeste e do Norte já estão sendo implantados.

O Exército e a Aeronáutica, dentro de suas funções específicas de segurança na Amazônia, desenvolvem o maior número de atividades, formando um complexo militar voltado especialmente para a segurança. O Exército, além do que já tem implantado na região, planeja para 1993 executar melhoramentos nos Comandos de Fronteiras e do Solimões, Tabatinga, e Macapá, dar prosseguimento das obras de infraestrutura do aquartelamento da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista; implantar pelotões de fronteiras em Auaris, Tiriós, Tunuí e Pari-Cachoeira e melhorar as estradas.

Ainda este ano o Exército instala uma Companhia de Helicópteros, unidade que proporcionará vigilância das fronteiras. As primeiras aeronaves, formando um esquadrão, já estão operando. A unidade, além de suas missões normais, será utilizada no transporte de pessoas para hospitais e no apoio à calamidade pública.